



Ata da Reunião nº 6 do Conselho Consultivo da ANAC

Data: 04 de março de 2009

Horário: 10h

**Local: Sala de Reuniões do 23º andar do prédio da ANAC no Rio de Janeiro (RJ) -
Av. Presidente Vargas, 850**

Participantes:

- Solange Paiva Vieira - Diretora-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil - **ANAC** e Presidente do Conselho Consultivo;
- Lígia Maria Rocha e Benevides - Chefe da Assessoria Técnica da **ANAC** e Secretária Executiva do Conselho Consultivo;
- Rui Aquino - Associação Brasileira de Aviação Geral - **ABAG**;
- Carlos Alberto Amorim Ferreira - Associação Brasileira de Agências de Viagem - **ABAV**;
- José Eugenio de Carvalho Junior - Associação Brasileira das Entidades de Comissárias Aéreas - **ABECA**;
- Décio Corrêa - Associação Brasileira de Entidades de Formação Aeronáutica - **ABEFAER**;
- Apostole Lazaro Chryssafidis - Associação Brasileira de Transporte Aéreo Regional - **ABETAR**;
- Maj. Brig. Hermano Paes Vianna - Associação Brasileira de Fabricantes de Aeronaves Leves - **ABRAFAL**;
- Walter Bartels - Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil - **AIAB**;
- Brig. Mauro Gandra - Associação Nacional de Concessionárias de Aeroportos Brasileiros - **ANcab**;

- Marcelo Brandão - Associação Nacional Beneficente e Assistencial dos Passageiros e Usuários de Transportes Individuais, Coletivos Terrestres, Aéreos e Marítimos - **ANPASS**;
- George William César de Araripe Sucupira - Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves - **APPA**;
- Waldir Cardoso - Associação dos Usuários de Transportes Coletivos de Âmbito Nacional - **AUTCAN**;
- Gustavo Henrique Albrecht - Comissão de Aerodesporto Brasileira - **CAB**;
- Ten. Cel. Av Ricardo Ignácio de Macedo - Comando da Aeronáutica - **COMAER**;
- Jorge Derviche Fº- Confederação Brasileira de Pára-Quedismo - **CBPQ**;
- Raul Francé Monteiro - Conselho Consultivo em Ciências Aeronáuticas - **CCCA**;
- José Felinto - Confederação Nacional dos Usuários de Transportes Coletivos Rodoviário, Ferroviário, Hidroviário e Aéreo - **CONUT**;
- João Márcio Jordão - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - **INFRAERO**;
- Graziella Baggio - Sindicato Nacional dos Aeronautas - **SNA**;
- Francisco Xavier Lemos - Sindicato Nacional dos Aeroportuários - **SINA**;
- Celso André Klafke - Sindicato Nacional dos Aerooviários;
- Cláudio Coutinho Rodrigues - Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola - **SINDAG**;
- Anchieta Hélcias - Sindicato Nacional das Empresas Aéreas - **SNEA**;
- Jorge Barouki - Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo - **SINEATA**; e
- Fernando Alberto dos Santos - Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo - **SNETA**.

Pauta:

(1) Abertura dos Trabalhos;

(2) ANAC:

Apresentação dos resultados de 2008;

(3) ANOMA:

- i) Criação de “Comitê Técnico” para discussão e implantação do RBHA 147 (Centro de Treinamento de Manutenção) e das regras para a “ATO” (Aviation Training Organization), de acordo com regras internacionais;
- ii) Criação de “Comitê Técnico” para discussão e mudanças de regras para importação e exportação de material aeronáutico;
- iii) Implantação do Pólo de Formação Profissional na cidade de Sorocaba para formação de Mecânicos de Manutenção Aeronáutica;

(4) CBPQ:

Reformulação do RBHA 105 - paraquedismo aerodesportivo e emissão das respectivas NOTAMs, com vistas a melhorar a segurança exigida para a prática;

(5) CONUT:

- i) Realização de exames de comissários e pilotos privados para obtenção do Certificado de Capacitação Física: a) situação dos serviços médicos no Rio de Janeiro; b) credenciamento de clínicas; c) reciclagem de clínicas e médicos credenciados;
- ii) Homologação urgente do RBAC (revisão do RBHA atual);
- iii) Elevação do Escritório de Aviação Civil de Curitiba à categoria de Gerência Regional;
- iv) Criação do Centro de Medicina Aeroespacial da ANAC, conforme preconiza a Organização de Aviação Civil Internacional - OACI;

(6) Outros assuntos:

(7) Encerramento.

(1) Dando início aos trabalhos, às dez horas e vinte e cinco minutos, a Presidente do Conselho Consultivo, após saudar os presentes, teceu comentários sobre a futura expansão das instalações da ANAC em Brasília, seguida de breve explanação acerca do contingente de servidores da Agência e das perspectivas de ajuste desse, por meio da realização de concurso público, com vistas a um melhor atendimento das necessidades dos serviços.

(2) Prosseguindo, passou à apresentação das estatísticas preliminares levantadas pela ANAC compreendendo uma retrospectiva do setor da aviação civil no País no ano de 2008, incluindo, em termos quantitativos: aeronaves, aeródromos, companhias aéreas, pilotos, escolas, embarques (nacionais e internacionais) e faturamento (receitas de voos

nacionais e internacionais), além de outros dados como estrutura do *market share* da aviação regular doméstica e internacional, índice de acidentes por consumo de combustível, indicadores de atraso, infraestrutura aeroportuária (avaliação da segurança e dos riscos nos aeroportos brasileiros com ênfase no aspecto do risco aviário), tráfego internacional de passageiros, bem assim de aspectos associados à segurança operacional: aumento da fiscalização, atualização da regulamentação técnica, gerenciamento de risco por meio de indicadores de segurança e adoção dos padrões internacionais estabelecidos pela OACI.

Diante de solicitação do representante do SNEA, no sentido de ser-lhe fornecida cópia da tela contendo os dados sobre a aviação internacional, e do interesse manifestado por outros presentes, com relação à obtenção de cópia da exposição, ficou acertado que a apresentação da Presidente seria encaminhada a todos os participantes.

(3) Passando à abordagem dos assuntos constantes da pauta, a Presidente informou que o representante da ANOMA, Sr. Carlos Alberto Tavares, que havia sugerido três itens para discussão, não havia podido comparecer à reunião devido ao falecimento de um familiar. Procedeu, então, à leitura dos assuntos propostos por aquela Associação para eventual manifestação dos presentes – criação de comitê técnico para discussão e implantação do RBHA 147 (Centro de Treinamento e Manutenção), de comitê técnico para discussão e mudanças de regras para importação e exportação de material aeronáutico e implantação do pólo de formação profissional na cidade de Sorocaba –, não tendo sido feita nenhuma consideração a propósito. Esclareceu então a Presidente, a respeito da criação de câmaras e comitês técnicos, que, na forma do Regimento Interno aprovado (art. 23, §§ 1º e 2º), incumbe aos participantes do Conselho Consultivo encaminhar as solicitações de criação desses diretamente para a Secretaria Executiva, já que as reuniões do Colegiado no que respeita a essas câmaras e comitês destinam-se tão somente a recepcionar os resultados dos correspondentes trabalhos para apreciação.

(4) Passando ao item seguinte da pauta, a Presidente passou a palavra ao representante da CBPQ. Esse, reportando-se a sua proposta propugnando pela reformulação do RBHA 105, que trata dos saltos de paraquedas, mencionou que, embora aparentemente adstrita ao meio esportivo, a matéria objeto do referido Regulamento dizia respeito a todos, por tratar-se de uma norma de segurança. Registrou que o normativo em questão, nos anos de 2001 e 2002, sofreu grave desregulamentação, importando em liberalização dos requisitos para a solicitação de NOTAMs, com o que perdeu-se o controle da segurança dessas atividades, com irregularidades e acidentes ocorrendo por todo o País.

Reputando tratar-se de assunto de relevância e urgência, sugere que a ANAC, em conjunto com a Confederação que representa, venha a estudar o mais rapidamente possível a reformulação da norma em vigor.

Diante disso, a Presidente, mencionando que a matéria poderia ser tratada diretamente junto aos setores técnicos da Agência, apresentou o Sr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Superintendente de Segurança Operacional (SSO), que ali se encontrava devido ao próximo assunto da pauta, o qual, por ser o responsável pela área em questão, estaria à disposição do representante da CBPQ para tratar do assunto.

(5) Em seguida, a Presidente solicitou ao representante da CONUT que apresentasse suas considerações sobre a realização de exames de comissários e pilotos privados com vistas à obtenção do certificado de capacitação física, objeto da pauta. Com a palavra, o representante da Entidade inicialmente parabenizou a Diretoria da ANAC por sua resolução no sentido de liberar os voos no Aeroporto Santos Dumont. Com relação aos assuntos de seu interesse, mencionou que a Confederação vem sendo procurada por escolas e por funcionários de empresas aéreas alegando dificuldades no agendamento de exames de capacidade física, pela falta de profissionais para tanto habilitados nas Juntas Regionais, como é o caso do Serviço Médico na cidade do Rio de Janeiro. Registrou que gostaria de ver retomados os estudos com vistas ao credenciamento de clínicas particulares para a realização desses exames. Prosseguindo, mencionou a relevância da questão da revisão do RBHA e sua substituição pelo RBAC, e, da mesma forma, a da elevação do Escritório de Aviação Civil de Curitiba à categoria de Gerência Regional, bem como a da criação do Centro de Medicina Aeroespacial da ANAC – conforme preconizado pela OACI –, sugerindo fossem as mesmas objeto de debate pelos especialistas ali presentes.

Com a palavra – que lhe foi concedida pela Presidente –, o Superintendente da SSO assinalou estar a Superintendência trabalhando em conjunto com o Comando da Aeronáutica no estabelecimento de um protocolo de cooperação, para que as vinte e quatro Juntas Especiais de Saúde pudessem ser utilizadas pelo sistema de aviação civil, registrando que referido protocolo iria prever as bases para que não mais viessem a ocorrer problemas como os citados. Acrescentou dispor a ANAC de plano de certificação de clínicas e médicos para realizar o atendimento pericial e apresentar relatório para a Agência, mas isso sempre dependia de as clínicas ou os profissionais solicitarem o credenciamento.

Com a palavra, o representante da CCCA, aludindo à veracidade da informação trazida pela CONUT, mencionou a existência de denúncias formais de maus procedimentos por parte de médicos credenciados, manifestando sua satisfação em ser convocado pela ANAC para discutir esses procedimentos e colocando-se, para tanto, à disposição.

Por sua vez, o representante da AUTCAN registrou igualmente sua preocupação com a insuficiência dos exames de pessoal que trabalha nas aeronaves, sugerindo a adoção de medidas em prol da segurança dos usuários e da defesa de seus direitos.

Pedindo a palavra, o Superintendente da SSO registrou constar, na página da ANAC na *internet*, endereço eletrônico para o qual seria possível o encaminhamento de denúncias de ações empreendidas em desacordo com as normas em vigor, as quais seriam objeto de apuração e posterior resposta ao denunciante.

Novamente com a palavra, a Presidente informou ser a homologação do RBAC objeto de cronograma cuja implementação teria como meta a correspondente atualização em sua totalidade.

Pedindo a palavra, o representante do SNEA propôs que fosse retirado de pauta o assunto da elevação do Escritório de Aviação Civil de Curitiba à categoria de Gerência Regional, posto tratar-se de questão de economia interna da Agência. A esse respeito, a Presidente mencionou que a ANAC estaria analisando a contratação de empresa de consultoria para discutir todas as suas áreas e estruturas, já que a Agência simplesmente reproduziu as do extinto DAC, principalmente no que se refere às Regionais. Com relação à criação do Centro de Medicina Aeroespacial, assinalou tratar-se de matéria absolutamente nova, em razão do que solicitou à CONUT o encaminhamento de documento para melhor embasamento e discussão.

(6) Dando por encerrados os assuntos da pauta, a Presidente abriu a possibilidade de inscrições para manifestação por parte dos presentes.

De posse da palavra, o primeiro inscrito – o representante da AIAB – mencionou haver procedido, nas duas últimas reuniões do Colegiado, a comentário a respeito de sugestão de estudo, pela ANAC, sobre o que representa a aviação civil na economia brasileira. Continuando, registrou que, em vez de realizar tal estudo, propunha que a ANAC fizesse a coleta dos dados relativos ao faturamento dos setores representados no Conselho, quando cabível, como é o caso das companhias aéreas, da indústria de produtos aeronáuticos, das oficinas de manutenção, da Infraero, etc, para que se pudesse ter uma visão do que o setor significa para o País, encarecendo a concordância dos membros do Conselho em fornecer tais dados.

Com a palavra, o representante do SNEA registrou que, tempos atrás, o Sindicato houvera contratado o Departamento de Economia da Universidade de Brasília - UnB para levantar dados do gênero relativos ao transporte aéreo, que demonstraram, na oportunidade, que o transporte aéreo detinha um peso na economia brasileira idêntico ao da indústria automobilística, oferecendo-se, com a ressalva de que a abrangência do estudo cingia-se à indústria do transporte aéreo, para atualizá-los e apresentá-los oportunamente.

A parteando, o representante da ABEFAER registrou que cada um dos setores teria condições de levantar os dados correspondentes para consolidação. A Presidente, então, propôs que, na próxima reunião, o SNEA fizesse sua apresentação e que a AIAB trouxesse o questionário que se propôs a elaborar para aprovação e distribuição aos diversos setores para preenchimento. Em resposta, o representante da AIAB registrou que os dados relevantes seriam o faturamento anual consolidado das empresas separado por mercado – doméstico e internacional –, empregos diretos e impostos pagos, basicamente.

A seguir, o representante do SNEA, aludindo aos dados apresentados pela Presidente relativos ao tráfego internacional de passageiros entre Brasil e América do Norte (TAM 22,6%; outras grandes internacionais 71,4%), posicionou-se no sentido de que a abertura do mercado por meio da liberalização das tarifas internacionais deveria ser objeto de reflexão e discussão, diante do risco de que os *mega carriers* viessem a “esmagar” a aviação brasileira internacional. A propósito, a Presidente mencionou haver lido, na revista de bordo da Gol, entrevista com o Presidente daquela Companhia na qual ele se posicionava favoravelmente à liberalização das tarifas internacionais.

Em seguida, de posse da palavra, o representante da ABETAR, ao referir-se à infraestrutura aeroportuária, aludiu a não-conformidades e à falta de investimento em alguns aeroportos regionais, mencionando que programas nesse sentido, inclusive o PROFAA, deveriam ser conduzidos pela ANAC – por se tratarem de aeroportos civis – em vez de se situarem no âmbito do Comando da Aeronáutica. Mencionou que o assunto já havia sido levado aos Ministros da Defesa e de Assuntos Estratégicos e seria igualmente transmitido ao Ministro do Turismo. A esse respeito, a Presidente referiu-se à questão da impropriedade de a ANAC, na qualidade de agência reguladora – portanto incumbida de fiscalizar – ser a responsável pela liberação dos recursos. Deixou registrado o entendimento da Agência no sentido de que tais recursos deveriam ser geridos pela Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Defesa. Retomando a palavra, o representante da ABETAR registrou a importância de a questão dos

investimentos com recursos do PROFAA ser resolvida até o próximo mês de julho sob risco de pelo menos quinze aeroportos da Amazônia virem a ser declarados inoperantes à vista das mencionadas não-conformidades. Em seguida, referiu-se à questão da liberação do aeroporto Santos Dumont, sugerindo que fosse encontrada uma solução negociada entre a ANAC e o Governo do Estado do Rio de sorte a que não restassem prejudicados os diversos entes que compõem ou se utilizam do sistema de aviação civil.

Com a palavra, o representante da APPA manifestou sua preocupação quanto à questão da regulamentação dos voos visuais (VFR), principalmente na FIR Brasília. Argumentou que, embora a OACI e a própria regulamentação do Tráfego Aéreo Brasileiro editada pelo DECEA limitassem o nível desses voos no FL 145, o DECEA, após o acidente do Boeing com o Legacy, reduzira, por tempo limitado, esse nível para FL 075, situação de exceção regulamentar que permanecia até então. Tal aspecto tornava difícil o voo VFR em regiões cujo ponto mais alto estivesse a 9.200 pés, praticamente “proibindo” o voo visual, o que levaria os pilotos que voam nessas regiões, conforme informação de associados da APPA, à adoção de medidas extremamente perigosas – como a de desligar o módulo “C”, importando em a aeronave voar sem indicação de altitude e velocidade –, o que é totalmente inadmissível. Da mesma forma, abordou o aspecto das altas taxas aeroportuárias cobradas da aviação geral, principalmente da taxa PAN, sugerindo que houvesse uma diferenciação na tributação para os voos da aviação geral, de modo a fomentar sua utilização, lembrando constituir-se esse segmento na *célula-mater* da aviação civil.

A Presidente, diante da relevância das questões trazidas pela APPA, registrou sugestão no sentido da criação de câmaras técnicas para a correspondente discussão.

Ainda sobre a questão das tarifas cobradas da aviação geral, o representante da CAB mencionou que a recente aplicação da tarifa PAN – uso dos auxílios à navegação e comunicação em rota – praticamente dobrou o custo de voos curtos, matéria que estaria sendo objeto de reunião a ocorrer proximamente com o DECEA.

Com a palavra, o representante do SNETA referiu-se ao fato de que a cada ano o número de aeronaves executivas no País estava aumentando, o que, aliado à crise instalada, vinha implicando forte retração nas vendas de fretamentos de voos de táxis aéreos. Como agravante, registrou a questão do “táxi aéreo pirata”, que atuava mais livremente e com um número maior de aeronaves, já que o proprietário privado que se prestava a esse tipo de transporte não emitia notas – não pagando impostos –, ferindo a legislação tributária. Assinalando que tal prática vinha se intensificando, pelas

dificuldades de fiscalização enfrentadas pela ANAC diante das muitas demandas e da limitação de seu efetivo, sugeriu, como meio eficaz de combater tal prática, uma parceria da ANAC com o SNETA, que melhor disporia de meios de identificar os infratores. Sugeriu, adicionalmente, fosse lançada, a exemplo do que já houvera sido feito no passado, campanha contra a mencionada prática por meio de cartazes e ampla divulgação.

Por seu turno, o representante do SINDAG revelou que, também na área aeroagrícola, enfrentava-se o mesmo problema, posto que o produtor proprietário do avião agrícola, além de utilizá-lo na própria lavoura, venderia serviços para terceiros sem estar habilitado para tanto e sem pagar impostos.

De posse da palavra, o representante da AUTCAN, embora reconhecendo a insuficiência de pessoal, manifestou-se no sentido de que dever-se-ia cobrar da ANAC fiscalização. É necessário que haja controle, inclusive para segurança dos usuários.

Novamente se manifestando, o representante do SNETA declarou que a ANAC deveria ver algumas das entidades ali presentes como “braços em auxílio”, que muito poderiam ajudar a Agência se a elas delegada parte das atividades de fiscalização. A esse respeito, a Presidente aduziu ser necessário que fossem discutidas soluções, sendo importante a criação de comitê que sugerisse formas de atuação da ANAC, dado serem do conhecimento de todos as dificuldades enfrentadas: no caso da aviação agrícola, por exemplo, a ANAC não disporia de autorização para entrar nas fazendas.

De posse da palavra, a representante do SNA inicialmente solicitou que a Agência disponibilizasse em sua página eletrônica a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) aprovada em 18 de fevereiro de 2009, recomendando a todos uma leitura crítica do documento, após o que ficaria claro que dever-se-ia cobrar da Agência fiscalização. Prosseguindo, citou as perdas de emprego observadas na aviação executiva, na aviação regular e nas empresas de manutenção, em muito devidas aos problemas já mencionados. Ressaltando que a PNAC considerara a operação internacional das empresas aéreas brasileiras como instrumento de projeção econômica e comercial de importância política e estratégica para o País, determinando lhe fossem atribuídos tratamentos fiscal, tributário e creditício semelhantes aos das atividades de exportação e de infraestrutura, registrou, embora em tese favorável, seu posicionamento contrário à liberalização das tarifas internacionais naquele momento, solicitando que o assunto saísse provisoriamente da pauta até que alcançados os citados pressupostos de igualdade. Continuando, aludiu às recentes demissões ocorridas na Embraer, que,

inaceitavelmente, não houvera cumprido a Convenção Coletiva dos Trabalhadores Aeronautas. Finalizando, solicitou, não obstante reconhecendo a falta de quadros, fosse imprimida uma maior agilidade à Agência, principalmente com relação a uma solução para as questões apontadas.

Mais uma vez fazendo uso da palavra, o representante da ABEFAER retornou à questão do táxi aéreo clandestino para registrar que inúmeros aeroclubes estariam utilizando as aeronaves destinadas a instrução para, sem nenhuma condição, fazer voos pelo País como táxis aéreos. Por reputar tratar-se de assunto da maior seriedade, opinou por que o SINDAG, o SNETA e quem mais pudesse colaborar se reunissem para pensar em algo realmente objetivo. Citando como exemplo iniciativa adotada no final da década de noventa, quando, diante da iminência de derrocada da aviação geral americana, as entidades diretamente ligadas ao setor se reuniram para eliminar restrições desnecessárias impostas aos voos e reduzir seus custos, sugeriu aos presentes a adoção de postura proativa, propugnando por que toda a experiência por eles detida fosse colocada em benefício do setor.

(7) Encerradas as manifestações, a Presidente, agendando para o dia nove de julho do corrente ano (quinta feira), às dez horas, no mesmo local, a próxima reunião do Conselho, agradeceu a participação dos presentes, encerrando a sessão às doze horas e quarenta minutos. Ata lavrada pela Secretária Executiva do Conselho Consultivo, Lígia Maria Rocha e Benevides.